

• Finanças

ACERTO EXTERNO

Para Clausen, iniciativa do País é "manobra de nação que reestrutura sua dívida"

por Paulo Sotero
de Washington

A. W. Clausen, presidente do conselho de administração e principal executivo do Bank of America acredita que, ao suspender os pagamentos da dívida externa, no mês passado, o governo brasileiro estava "fazendo pose" e procurando reforçar seu cacife para a negociação com os bancos. Respondendo a perguntas de jornalistas depois de fazer uma conferência na Câmara de Comércio de São Francisco, na última terça-feira, o ex-presidente do Banco Mundial reduziu a iniciativa brasileira a uma "manobra de uma nação que está reestruturando sua dívida". Na semana passada, o presidente do Banco Central, Francisco Góes, afirmou aos executivos de cinco grandes bancos americanos (nenhum do Bank of America), que a suspensão de pagamentos não foi um gesto tático de negociação, mas "uma ação ditada pela necessidade econômica".

Clausen, que no final do ano passado reassumiu o comando do segundo banco americano e terceiro maior credor do Brasil, afirmou não acreditar que o País manterá os pagamentos da dívida suspensos. Ele disse que confia que as instituições financeiras americanas, e especialmente as da Califórnia, "não levarão um calote do Brasil".

"Os detentores da dívida externa do Brasil poderão sofrer um pouco", acrescentou, "mas não acredito que estejamos diante de uma grande crise com o Brasil". Segundo Journal of Commerce, que publicou ontem suas declarações, Clausen pensa que a ação brasileira não levará os bancos americanos nem o sistema financeiro internacional a uma "paralisação estrondosa". Ele prevê um acordo entre o Brasil e os bancos "neste ano".

Na semana passada, o Bank of America informou à Securities and Exchange Commission (SEC), a CVM americana, que poderá vir a ter que reclassificar US\$ 1,5 bilhão dos US\$ 2,7 bilhões de empréstimos que tem no Brasil, numa ação semelhante à do Citicorp. A iniciativa está ligada a uma emissão de US\$ 1 bilhão em ações. O banco não revelou o prejuízo que poderá ter, caso o impasse entre o Brasil, e os bancos se mantenha. As estimativas, baseadas em US\$ 1,5 bilhão de empréstimos "non-performing", giram em torno de US\$ 110 a US\$

~~Dívida
exterior~~

Continental vê problemas

O Continental Illinois Corp. poderá enquadrar os financiamentos de médio e longo prazos concedidos ao Brasil na categoria de "empréstimos em liquidação" (non-performing), conforme consta em seu relatório anual, segundo informou, ontem, a AP/Dow Jones. Isso elevaria em cerca de US\$ 380 milhões o seu total de "empréstimos em liquidação". O banco enfatizou, porém, que uma decisão nesse sentido ainda não foi tomada.

Para o primeiro trimestre de 1986, o Continental anunciou um lucro líquido operacional de US\$ 22,5 milhões, o que corresponde a 6 cents por ação. Esse total foi acrescido de US\$ 17,6 milhões, referentes a créditos fiscais extraordinários, o que elevou o lucro final para US\$ 40,1 milhões (14 cents por ação) naquele período.

Em seu relatório anual referente ao ano passado, o Continental disse esperar que o volume de empréstimo "non-performing" continue declinando, "salvo se ocorrerem circunstâncias econômicas inesperadas". O banco informou que os empréstimos dessa categoria totalizavam US\$ 634 milhões em 31 de dezembro de 1986, diante dos US\$ 836 milhões no ano anterior.

120 milhões para o ano de 1987. Se, contrariando a previsão de Clausen, não houver acordo, o Bank of America sofrerá mais do que os outros pois já vem registrando prejuízos operacionais há dois anos. No ano passado, registrou perdas de mais de US\$ 350 milhões em seu balancete.

Diante da pendência com o Brasil, analistas financeiros colocaram em questão a decisão do banco californiano de colocar mais ações no mercado no futuro próximo. Clausen reafirmou, contudo, seu objetivo de reforçar a posição de capital do Bank of America, afirmando que a emissão de ações "representa um voto de confiança na estratégia que adotamos".

O presidente do Bank of America disse que seu banco está disposto a continuar a emprestar dinheiro para os países em desenvolvimento endividados, mas apenas se eles "estiverem fazendo um esforço real para reajustar suas economias e reconquistar o crédito".